

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO**

**AUDITORIA INTERNA: INSTRUMENTO PARA O SUCESSO DA GESTÃO NAS
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS.**

André Felipe Souza Santos*

Marcos Antônio Batista (co-autor)**

RESUMO

Este trabalho teve como propósito tratar sobre a importância das auditorias nas organizações face ao mundo contemporâneo e globalizado. Nesse sentido e considerando que a Auditoria Interna é indispensável para alcançar o sucesso empresarial, detectando e prevenindo possíveis falhas; buscou-se enfatizar a importância da Auditoria Interna como forma de gerar melhorias nos controles internos das organizações públicas e privadas. Sabe-se que esta prática proporciona aos seus gestores, subsídios eficazes para uma coerente tomada de decisões. Bem como, necessário se faz destacar a importância do controle interno neste panorama de gestão moderna. Para tanto, a metodologia empregada consistiu no levantamento de um referencial teórico, com o intuito de apurar as importantes discussões que envolvem a temática “auditoria”. Espera-se assim, aprofundar conhecimentos adquiridos no curso de graduação em Ciências Contábeis, propiciar uma premente discussão aos especialistas da área e disponibilizar material para futuras fontes de pesquisas.

Palavras-chave: Organização. Auditoria Interna. Controle Interno. Tomada de decisões.

* Graduando em Ciências Contábeis na Faculdade Doctum de Joao Monlevade/MG. E-mail: andre@contepe.com.br

** Professor Orientador da Faculdade João Monlevade/MG. E-mail: mbatistaita@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Um novo cenário se mostra presente nas empresas em todo o mundo. Desde a primeira Revolução Industrial até os dias atuais, houve grandes mudanças de ordem política, social e econômica. As empresas estão cada vez mais presentes nas economias dos países, gerando riquezas e status para as sociedades a que pertencem. Nas últimas décadas do século XX, notaram-se profundas e contínuas mudanças nas áreas tecnológicas, sociais e nas estruturas organizacionais, procurando atender a uma nova ordem que se aproximava do terceiro milênio: o mercado globalizado (CHIAVENATO, 2007).

Percebe-se assim que na contemporaneidade, face um mundo mutável e turbulento, cada vez mais globalizado e excessivamente competitivo e permeado pelas recentes inovações tecnológicas, a aquisição sistemática, o compartilhamento de ideias e experiências passam a serem fatores críticos ao sucesso das mais diversas organizações. Nesse panorama, além de investimentos em infraestrutura e tecnologias, é primordial o investimento destas empresas na capacitação e formação continuada de pessoal, em especial da equipe gestora. Torna-se necessário ainda, a implementação de medidas gestoras que visam a transparência e o controle interno.

A justificativa para este estudo apoia-se ao fato que as organizações do século XXI deverão atender a um novo modelo de gestão, procurando adaptar-se aos novos procedimentos organizacionais. Tanto na área produtiva quanto administrativa e mercadológica, as práticas aplicáveis são de cooperação socio-técnicas através da relação capital e trabalho. As formas de gestão inovadora são de superação aos modelos implementados por Taylor, exigindo maior conhecimento e compreensão de todos os processos e regimentos legais que envolvem a organização (PASSOS, 1999).

Nessa perspectiva este artigo científico tem como objetivo geral pesquisar sobre a importância das auditorias para as organizações públicas e privadas, enfatizando a relevante contribuição da Auditoria Interna e do Controle Interno como instrumentos necessários à gestão moderna de uma organização.

Portanto, para delinear as considerações dos autores, apresentam-se como objetivos específicos: - Ressaltar sobre a origem, a evolução, a abrangência, os

objetivos e os benefícios das auditorias, apresentando as principais diferenças entre as internas e as externas; - Estabelecer um paralelo entre a auditoria e o controle interno como instrumentos de gestão moderna; - Verificar se as empresas de pequeno e médio porte tem se atentado para a importância destes instrumentos em sua atividade gerencial.

Portanto, a pesquisa busca responder quais os instrumentos necessários e eficazes para a implantação de uma Auditoria Interna.

Para tanto, este estudo tem caráter meramente bibliográfico, onde buscará fontes importantes que apresentam uma discussão e as diretrizes para as Auditorias Internas, presentes nas organizações, em seus mais diversos segmentos. Assim, será realizada pesquisa exploratório-qualitativa através de pesquisas bibliográficas verificando informações e pesquisando conceitos necessários.

Espera-se que este artigo seja de grande importância para as organizações, cuja pesquisa disponibilizada, seja capaz de colaborar na promoção de práticas de melhorias nos controles internos operacionais, na gestão de recursos e na eficiência administrativa, proporcionando confiabilidade a toda a equipe gestora e a manutenção ou competitividade no mercado.

Assim, considera-se importante aprofundar os conhecimentos em relação à auditoria interna, pois ela pode diagnosticar determinadas situações, atos ilegais, fraudes e erros nas diversas organizações, dentre outras questões.

2 AUDITORIA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E ABRANGÊNCIA

As atividades de Auditoria remontam ao nosso passado histórico. Desde o século XIV já havia indícios da profissão de auditor. Segundo Souza (2007), “no Império Romano, os imperadores nomeavam altos funcionários para serem supervisores das operações financeiras de seus administradores provinciais e lhes prestar contas verbalmente”. E ainda, no Brasil colonial, tinham a figura do Juiz Colonial, o olho do rei, que era destacada pela Coroa para verificar o correto recolhimento dos tributos para o Tesouro, reprimindo e punindo fraudes.

De acordo com os estudos de Araújo, Arruda e Barreto (2008), a prática da Auditoria surgiu provavelmente nos séculos XV ou XVI na Itália e com a evolução da ciência contábil tornou-se imprescindível desenvolvimento da técnica de auditar, que hoje não é apenas um instrumento de mera observância, estático, mas de orientação, de interpretação e de previsão de fatos tornando-se dinâmica e em constante evolução. acreditam que o surgimento e a evolução das teorias e práticas de Auditoria se confundem com o desenvolvimento das ciências econômicas, contábeis e da administração e com a Revolução Industrial do século XIX.

Para ilustrar a evolução da atividade de Auditoria destaca-se:

Foi na revolução industrial, segunda metade do Século XVIII, após o surgimento das grandes empresas, que a contabilidade implementou mudanças na sua formalização atribuindo novas técnicas contábeis contribuindo praticamente para com a obrigatoriedade de se ter as auditorias atuando de forma concisa no controle das ações e nas análises dos balancetes anuais (SÁ, 2000, p.21).

Como definição apresenta-se as considerações feitas por Attie (1998, p.25): “A Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Segundo Santi (1988), a auditoria é uma função vinda da contabilidade, que cada dia se desenvolve com maior grau de especialização. A contabilidade é uma ciência que estuda, informa, retrata e demonstra aos seus usuários a real situação patrimonial das organizações e serve de confirmação para investidores e proprietários principalmente com o grande crescimento econômico-financeiro e com o aparecimento das grandes empresas que são representadas em vários países.

Para Sá (2000), a importância da auditoria é reconhecida há milênios, desde a antiga Suméria. Existem provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros realizadas entre a família real de Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano e que datam de mais de 4.500 anos antes de Cristo.

Nessa perspectiva, Attie (2011) coloca que a contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar o administrador, sendo ela a formadora de uma especialização denominada auditoria, que cada dia se desenvolve com maior grau de especialização, usada como ferramenta de confirmação. A evolução, na sua essência é decorrente do crescimento da contabilidade. Foi o desenvolvimento econômico dos países, síntese do crescimento das empresas e da expansão das atividades produtoras, que gerou uma crescente complexidade na administração dos negócios e de práticas financeiras para o desenvolvimento da economia de mercado, e seu surgimento está ancorado na necessidade de confirmação da realidade econômico-financeira e no aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultaneamente ao aparecimento econômico que proporcionou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

Com essa mesma visão, Marion (2012) esclarece que a contabilidade é considerada por vários pesquisadores uma ciência social e não exata, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial com o objetivo básico de poder ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários de forma a proporcionar decisões racionais. Tem como objeto o patrimônio da empresa, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros pertencentes a uma empresa com ou sem fins lucrativos e para uma correta mensuração possui um sistema de classificação e registro das operações que de alguma forma afeta o patrimônio.

Segundo esse mesmo autor atualmente o *International Accounting Standards Board* (IASB) é considerado o principal organismo que emite normas contábeis internacionais. Tem realizado esforços para alcançar a convergência contábil que unificará a linguagem financeira dos negócios internacionais, reduzindo custos de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras, viabilizando investimentos estrangeiros, melhorando a comunicação entre empresas e a seus investidores.

Nessa perspectiva define-se o termo "Auditoria":

Auditoria é o exame científico e sistemático dos livros, contas, comprovantes e outros registros financeiros de uma companhia, com o propósito de determinar a integridade do sistema de controle interno contábil, das demonstrações financeiras, bem como o resultado das operações e assessorar a companhia no aprimoramento dos controles internos, contábeis e administrativo. (ARAÚJO; ARRUDA & BARRETO, 2008, p.09).

Frisa-se ainda que a Auditoria na visão de Perez Junior (2010) significa o conjunto de procedimentos técnicos para a revisão da contabilidade. Sua essência consiste na audição de informações sobre fatos sujeitos à auditoria para que o auditor possa formar opinião a respeito de sua adequação em relação a determinadas normas.

2.2 O objetivo da Auditoria

Segundo Perez Junior (2010), atualmente a auditoria pode ser definida como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação. As empresas são auditadas por exigência de dispositivos legais, por órgãos regulamentadores, por credores, controladores e outros. Ainda de acordo com o autor tanto a auditoria interna como a externa são de exercício exclusivo do contador. O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAIB) e o *Institute of Internal Auditors* (IIA) definem e sugerem os procedimentos específicos de auditoria a serem seguidos por seus membros.

Segundo Sá (2000), a auditoria é uma tecnologia contábil que tem por objetivo a verificação ou revisão de registros, demonstrações e procedimentos adotados. Acrescenta ainda o autor: “a auditoria é uma opinião dita como sendo independente de juízo de valor, fortemente dominada pelos ditames da política contábil” (SÁ, 2000, p.12).

Para Attie (2011), a auditoria é uma especialização voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado, com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. O exame de auditoria deve ser efetuado de acordo com as normas de auditoria, inclusive o planejamento do trabalho, a constatação dos registros dos eventos contábeis e as avaliações das práticas e

estimativas adotadas pela empresa auditada e sua atividade é fundamentalmente crítica, voltada às regras em vigor por força das normas implantadas para o controle do patrimônio, testando sua atividade e cerceando as possibilidades de riscos e erros.

Segundo o mesmo autor o exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladas. As demonstrações financeiras precisam ser preparadas com clareza, mostrando a real situação da empresa, em termos dos direitos, obrigações e resultados das operações realizadas, incluindo os critérios e procedimentos contábeis adotados em sua elaboração e segundo os princípios de contabilidade de forma a proporcionar a interpretação uniforme e de fácil compreensão para os administradores.

Para Hoog (2009), o objetivo é o fim que se propõe a auditoria: a credibilidade das informações, atestando opinião independente e certificada.

Segundo Attie (2011), o objetivo é expressar uma opinião assegurando que represente adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado das suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame de acordo com as práticas contábeis do Brasil.

E acrescenta o autor: “a origem do termo auditor em português, muito embora perfeitamente representado pela origem latina (aquele que ouve, o ouvinte), na realidade provém da palavra inglesa *toaudit* (examinar, ajustar, corrigir, certificar)” (ATTIE, 2011, p.7).

Vale ressaltar que tanto a auditoria interna como a externa são de competência exclusiva dos contadores registrados no Conselho Regional de Contabilidade.

Na opinião de Prado (1998), o auditor no exercício de sua atividade deve manter uma atitude de independência que assegure imparcialidade no seu julgamento, nas fases de planejamento, execução e emissão de seu parecer, bem como nos demais aspectos relacionados com sua atividade profissional. Deve ter domínio no julgamento profissional, com precaução, zelo e sigilo profissional e se apoiando em fatos e evidências que permitam o convencimento razoável da realidade ou da veracidade dos fatos, documentos ou situações examinadas para emissão de opinião com bases consistentes, abstendo-se de intervir nos casos onde há conflitos de interesse e ater-se aos objetivos da auditoria.

Segundo essa autora, é de grande importância que o auditor use o bom senso em atos e recomendações. O conhecimento técnico específico e das diversas áreas relacionadas à capacidade profissional e atualização quanto ao avanço das normas, procedimentos e técnicas aplicáveis são indispensáveis para a profissão que deve sempre respeitar as normas de ética profissional. A confidencialidade das informações recebidas deverá ser mantida, não sendo fornecidas ou reveladas a terceiros, nem deve utilizá-las direta ou indiretamente em proveito e interesses pessoais ou de terceiros, salvo nos casos de obrigação legal e profissional.

2.3 As atividades de auditoria

Segundo Uhl e Fernandes (1974, p. 17 *apud* Souza, 2007), “a auditoria é definida como um controle administrativo, cuja função é medir e avaliar a eficácia de outros controles”. Surgiu em consequência da necessidade de buscar informações claras e objetivas em relação aos dados contábeis.

Para Santi (1988, p.17) a origem é imprecisa e provavelmente surgiu dentre os guarda-livros prestadores de serviços aos comerciantes italianos, para assessorar os demais especialistas na atividade de escrituração das transações.

A técnica de auditoria para Perez (1995 *apud* SOUZA, 2007) é interpretada como o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer a seus usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre a sua adequação.

As principais técnicas de Auditoria são apontadas por Souza (2007), conforme especificadas a seguir:

- a) **Exames físicos:** consiste na verificação "*in loco*", de modo a determinar se os registros efetuados estão corretos e os valores adequados em função do item analisado;
- b) **Confirmações formais:** é utilizado para se obter dados, através de declarações de pessoas que não tenham vínculos com o órgão ou entidade auditada;

- c) **Exame da documentação original:** comprovação se o material auditado corresponde de fato ao apresentado nos documentos comprobatórios das referidas transações;
- d) **Conferência:** de somas e cálculos é por si só o mais simples e completo;
- e) **Exames de lançamentos contábeis:** verificação pelo auditor da veracidade das informações contábeis, fiscais;
- f) **Entrevistas:** têm como finalidades à formulação de perguntas e obtenção de respostas adequadas e satisfatórias, são usadas para se obter informações sobre a Organização, nas normas e políticas estabelecidas. É por intermédio da entrevista que se terá um conhecimento maior do funcionamento do sistema e se ele esta adequado às condições e finalidades para que ele foi criado;
- g) **Observação das Atividades:** é a que mais exige a vivência e experiência do auditor. Consistem em detectar as deficiências, erros, problemas, através do conhecimento, argúcia e vivência do auditor;
- h) **Amostragem:** é a técnica em que se obtêm informações, dados de um todo, examinando-se apenas uma parte desse todo. (SOUZA, 2007).

Em seus estudos, Souza (2007) vem destacando alguns dos pré-requisitos básicos ao desempenho da atividade de Auditoria:

- a) É realizada por funcionários ou servidores lotados na mesma instituição;
- b) Objetiva atender aos interesses da administração;
- c) Obedece a um Plano de Trabalho devidamente aprovado pela autoridade máxima da Administração ou ao Conselho Superior da entidade, onde é dividido por áreas operacionais ou não;
- d) Está preocupada com a interceptação de impropriedade e prevenir irregularidades;
- e) A Auditoria Interna realiza um trabalho independente das pessoas, estando, no entanto, subordinado às necessidades e desejos da administração superior;
- f) A Auditoria Interna se preocupa em realizar a revisão de atividade da entidade;
- g) Utiliza papéis de trabalho (formulários e documentos) para obter informações e fazer os apontamentos durante as verificações, servindo de provas descritas das constatações e a evidência do trabalho executado.

Portanto, estes procedimentos irão fundamentar a opinião do auditor que irá registrar em seu relatório as conclusões da análise em questão.

2.4 Auditoria Interna

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2003), a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos com o objetivo de examinar, analisar, avaliar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos. Os procedimentos são exames e investigações, que permitem obter provas, incluindo testes de controle que visam obter uma razoável segurança que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao cumprimento pelos funcionários da entidade e os procedimentos substantivos que visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade para fundamentar os resultados de modo a fornecer base sólida para conclusões e recomendações.

A função da auditoria interna segundo Attie (2011) serve para dar garantia aos administradores quanto às informações geradas pela contabilidade, para averiguar se está em entendimento aos aspectos legais. Sua finalidade é verificar a eficácia e eficiência dos controles, a integridade das informações e registros e utilizar métodos para salvaguardar os ativos e comprovar sua existência.

Vale ressaltar que a Auditoria Interna é uma atividade em franco desenvolvimento e de grande importância para a administração de uma companhia. Tanto isto é verdade que a existência de uma Auditoria Interna eficiente e atuante é considerada como um ponto forte para efeito de Controle Interno. (BARROS *et al*, 2003).

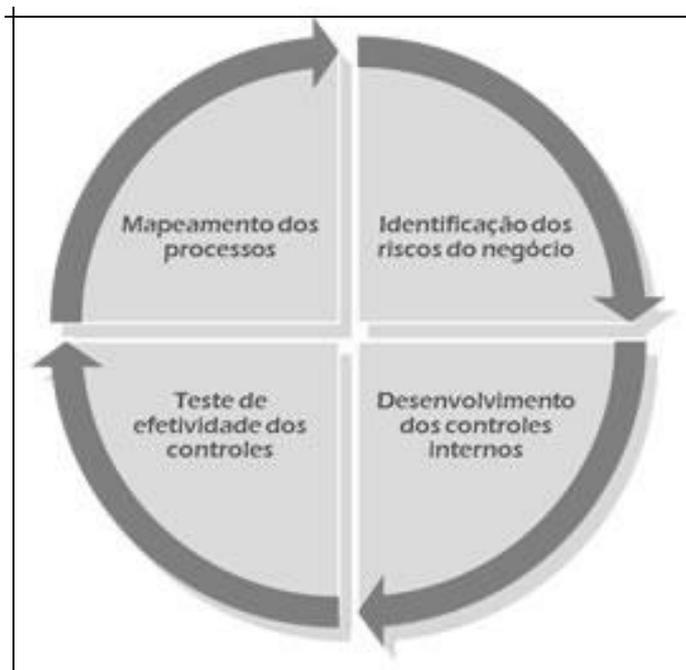
Conforme especificado nas normas do Conselho Federal de Contabilidade, o planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Bem como, o planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos (CFC, 2003).

Essa mesma normativa enfatiza que “o processo deve ser supervisionado para alcançar razoável segurança de que o objetivo do trabalho da Auditoria Interna está sendo atingido” (CFC, 2003, p.08).

2.4.1 Benefícios da Auditoria Interna

De acordo com Souza (2007), os benefícios de uma Auditoria Interna são inúmeros, destacando os processos operacionais e financeiros mapeados, padronizados e divulgados adequadamente.

Figura 1 – Mapeamento dos Processos



Fonte: http://www.evenbp.com.br/Servicos/auditoria_interna.html

Nessa perspectiva, Souza (2007) cita os benefícios com um auditoria:

- a) Riscos de negócio identificados e avaliados de acordo com os objetivos;
- a) Auxílio na tomada de decisões estratégicas;
- b) Harmonizar conflitos de interesses entre acionistas, conselhos e departamentos;
- c) Transparência e exatidão nos relatórios financeiros;
- d) Gerenciamento dos indicadores de performance;

- e) Aderir às normas internas e regulamentações do mercado; e
- f) Minimizar a ocorrência de fraudes.

Entretanto, frisa o autor que o processo de Auditoria interna se inicia com o mapeamento dos processos internos e identificação dos riscos inerentes ao negócio, conforme representado no diagrama abaixo. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2003), o relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) O objetivo e a extensão dos trabalhos;
- b) A metodologia adotada;
- c) Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão;
- d) Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria;
- e) A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas;
- f) Os riscos associados aos fatos constatados; e
- g) As conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.

Este documento enfatiza ainda que o relatório da Auditoria Interna deve ser apresentado “a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo” (CFC, 2003, p.09).

2.5 Auditoria Externa

Segundo Oliveira (2006) a Auditoria Independente ou Auditoria Externa é aquela em que a empresa contrata um auditor independente ou externo, com postura ética, cujo trabalho é examinar documentos comprobatórios dos registros contábeis com o objetivo de fornecer uma opinião ou parecer sobre a fidedignidade e a propriedade das demonstrações financeiras, para que estas apresentem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa auditada.

Para Oliveira, Gomes e Porto (2012), a principal diferença entre auditoria interna e externa está na sua finalidade. Na auditoria das demonstrações contábeis, executada pelo auditor independente, o objetivo é a elaboração de um relatório ou parecer sobre as demonstrações contábeis no sentido de traduzirem ou não em todos os seus aspectos relevantes, a situação do patrimônio da entidade na data do encerramento do exercício, o resultado das suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e seus valores adicionados no período

auditado, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Na auditoria interna, executada por empregados da companhia, o objetivo é a elaboração de um relatório por meio do qual o auditor interno comunica à administração os trabalhos realizados, as conclusões obtidas e as recomendações e providências a serem tomadas com vistas ao aprimoramento do sistema contábil e de controle interno.

Para Crepaldi (2000), auditoria interna pode ser conceituada como um elemento de controle gerencial que funciona por meio de análise e avaliação da eficiência de outros controles, sendo realizado por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de independência da direção empresarial. Pode ser determinada como um serviço de apoio à gestão para realizar verificações nas rotinas de trabalho e na confirmação da consistência física e técnica, resumindo-se na avaliação do cumprimento dos objetivos, das políticas e das normas estabelecidas pela administração da empresa.

A auditoria interna para o mesmo autor responde por expectativa dos gestores sobre os riscos internos da organização, observando, aconselhando, possibilitando a implantação de novas ações corretivas e necessárias para o bom andamento dos negócios.

Segundo Sá (2000), auditoria interna é realizada por funcionário da própria entidade com autonomia para execução de sua tarefa, podendo interferir em todos os setores, sem se subordinar a linhas de autoridade que venham a ferir suas possibilidades de indagação.

2.6 A Auditoria na Administração Pública

Os princípios da Administração Pública são decodificados pela palavra “LIMPE” (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e podem ser encontrados no artigo 37 *caput* da Constituição Federal e os que constam do artigo 2º da lei dos Processos Administrativo Federal, lei 9.784/99. (MACHADO, 2009).

Tomando por base os estudos feitos por Meirelles (1990), destaca-se alguns princípios da administração pública:

- a) **Legalidade:** A atuação do gestor público e a realização de procedimentos administrativos na forma da lei. Nota-se, portanto que “na Administração

Pública não há liberdade nem vontade pessoal (MACHADO, 2009). É, pois, um dos mais importantes princípios. O administrador público não pode se esquivar da lei, assim todas as atividades tem sua eficácia condicionada ao estabelecido no direito.

- b) **Razoabilidade:** Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricão, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Ou seja, de acordo com Machado (2009) o administrador deve agir da melhor forma possível para atingir o fim público pretendido.
- c) **Economicidade:** Pressupõe na utilização dos recursos (humanos, materiais e financeiros) compatíveis com as necessidades e resultados esperados, considerando-se a relação custo benefício.
- d) **Eficácia:** Pressupõe que os resultados obtidos estejam dentro dos objetivos propostos para a entidade.
- e) **Publicidade:** Ato de tornar público atos administrativos. Ou seja, “os atos da Administração Pública via de regra devem ser publicados, para que todos deles tomem conhecimento” (MACHADO, 2009). Frisa-se que a partir da publicação os atos tornam-se de conhecimento de todos e passam a produzir efeitos jurídicos.
- f) **Eficiência:** Pressupõe na obtenção de níveis máximo de produção com mínimos de recursos possíveis. A eficiência obtém-se da relação entre produção e os recursos aplicados. Segundo Machado (2009) este é um princípio extremamente contemporâneo, posto que o administrado deve ter suas demandas atendidas com presteza e o serviço público tem de ser prestado como todo e qualquer serviço.
- g) **Igualdade:** Tratamento de isonomia, proibição de atos que levam a discriminação.
- h) **Impessoalidade:** Segundo Machado (2009) alguns jurídicos conceituam este princípio com o nome de *finalidade*, posto que o administrador deve praticar o ato somente em consonância com a finalidade esperada pela lei. Portanto, o interesse público está acima dos interesses pessoais.
- i) **Moralidade:** A licitação deverá ser realizada em estrito cumprimento dos princípios morais, de acordo com a Lei, não cabendo nenhum deslize, uma

vez que o Estado é custeado pelo cidadão que paga seus impostos para receber em troca os serviços públicos. “A atuação da Administração Pública deve ter por escopo os padrões éticos, a probidade, a lealdade, a boa-fé, honestidade, etc.” (MACHADO, 2009).

No art. 5.º, LXXIII, da Constituição Federal que qualquer cidadão possa ser considerado parte legítima para a propositura de ação popular que tenha por objetivo anular atos entendidos como lesivos, entre outros, à própria moralidade administrativa.

- j) **Probidade Administrativa:** O gestor deve ser honesto em cumprir todos os deveres que lhe são atribuídos por força da legislação.
- k) **Vinculação ao Instrumento Convocatório:** A Administração, bem como os licitantes, ficam obrigados a cumprir os termos do edital em todas as fases do processo: documentação, propostas, julgamento e ao contrato.
- j) **Julgamento Objetivo:** Pedidos da Administração em confronto com o ofertado pelos participantes devem ser analisados de acordo com o que está estabelecido no Edital.

Percebe-se então pelos princípios apresentados que a matéria da “coisa pública” é mais complexa que muitos imaginam. Carece de um gestor capacitado e de administradores possuidores de uma esmera observação no cotidiano da Administração Pública.

Segundo Barros *et al* (2003) as ocorrências mais comuns nas Auditorias Internas nas organizações da esfera municipal são:

- a) Sistema de Controle Interno inadequado;
- b) Saída de material sem a devida requisição;
- c) Furtos;
- d) Ausência de inventários de bens móveis;
- e) Ausência de processo licitatório;
- f) Locação de bens a preços excessivamente elevados;
- g) Ausência de nota de empenho ou preenchida inadequadamente;
- h) Fracionamento de despesas para fugir dos processos licitatórios;
- i) Ausência de especificação do serviço prestado;
- j) Despesa comprovada inferior ao valor concedido;
- k) Contratação de pessoal sem concurso público;
- l) Fixação de remuneração de forma arbitrária;

- m) Servidores cedidos, em desacordo com a legislação;
- n) Ausência de lançamento de tributos;
- o) Isenção de tributos sem amparo legal;
- p) Ausência de inscrição em dívida ativa;
- q) Dentre outras.

Nesse sentido é relevante que “o planejamento e gerenciamento das atividades da auditoria sejam realizados em função do escopo, complexidade e o uso pretendido”. Para Barros *et al* (2003), visando minimizar as ocorrências elencadas anteriormente é preciso que as organizações estabeleçam uma Plano de Trabalho, implementem mecanismos de Controladoria Interna, que tenha um sistema de informatização eficiente e que sobretudo invista na capacitação de pessoal em especial na área contábil.

Vale lembrar que a Auditoria Interna possui como principal objetivo procurar dotar a Instituição de controles internos administrativos que possam garantir a continuidade do fluxo de suas operações e informações.

Desta forma, a Auditoria Interna deve ser caracterizada por ações que primem pela efetividade da gestão, atingindo de maneira eficaz e eficiente os objetivos pretendidos utilizando-se de técnicas e instrumentos de auditorias e controle.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2008, p. 17), “pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência”. Para tanto, necessita se atentar para um procedimento bem elaborado e formal, com a apresentação de um método que abarque um pensamento em constante reflexão e indagação, pois, tal ação se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Nesta perspectiva, esta pesquisa caracteriza-se por ter um caráter exploratório-descritivo, qualitativo e quantitativo. “Pesquisas exploratórias são aquelas que têm por objetivo especificar e proporcionar maior entendimento de um dado problema. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador busca maiores informações sobre o tema em estudo” (GIL, 2008, p.22). O desenvolvimento do presente trabalho ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas em várias ferramentas direcionadas ao tema proposto, tais como sites, livros e artigos científicos relacionados ao sistema cooperativista.

A presente pesquisa qualifica-se como bibliográfica, que é, segundo Vergara (2007), o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece material analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas pode se esgotar em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária.

Foi feita coleta de dados por meio de uma entrevista ao diretor da empresa Contepe, Composto por três partes dividiu-se da seguinte forma:

- 1) Dados demográficos;
- 2) Afirmativas para as quais se atribuiu determinado grau de concordância;
- 3) Perguntas abertas

A escolha de tal empresa se deu em função da necessidade de se obter amostra para este estudo, a fim de criar embasamento na identificação de soluções para a problemática citada.

4 O CONTROLE INTERNO E A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Após a apresentação da fundamentação teórica preliminar, neste tópico objetiva-se apresentar uma discussão sobre a importância do controle interno nas organizações, buscando estabelecer um paralelo deste com a auditoria interna.

4.1. Controle Interno

De acordo com os estudos apresentados por Attie (2011), o controle interno serve como proteção do patrimônio contra qualquer perda ou risco devido a erros e irregularidades. São fundamentais a precisão e a confiabilidade dos informes contábeis, financeiros e operacionais com informações adequadas e oportunas e compreende todos os meios planejados em uma empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Para existir um controle eficiente das operações e poder de análise é preciso existir relatórios, indicadores e outros índices que reflitam a gestão das operações pelos funcionários contratados e o atendimento aos planos e metas traçados. Um sistema bem desenvolvido de controle interno pode incluir controle orçamentário, custos-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e auditoria interna.

O mesmo autor ainda comenta que os controles podem ser peculiares para a contabilidade, no plano de organização e todos os métodos e procedimentos dizem respeito à eficiência operacional juntamente com a decisão política traçada pela administração sendo diretamente relacionados principalmente à salvaguarda do

patrimônio e fidedignidade dos registros contábeis. Um eficiente sistema de controle interno compreende um Plano de Organização: que seja simples e flexível devendo servir para o estabelecimento de linhas claras de autoridade e responsabilidade proporcionando segregação de funções, isto é, separando funções de autorizar, executar, registrar e contabilizar. A segregação de funções é importante para não oferecer oportunidade de fraude ou erro de pessoas que não conseguem resistir, principalmente por aquelas que não possuem formação ética ou aquelas que executam seu trabalho com o mínimo de atenção. E ainda, um sistema de autorização e procedimentos de escrituração que proporcione controle eficiente sobre ativo, passivo, receitas, custos e despesas (ATTIE, 2011).

Outro ponto destacado pela autora acima, refere-se às práticas salutaras, no cumprimento dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização. Bem como pessoal qualificado que tenha adequação técnica e profissional para a execução de suas atribuições.

4.2 A prática da Auditoria Interna

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2003), a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos com o objetivo de examinar, analisar, avaliar, levantar e comprovar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos. Os procedimentos são exames e investigações, que permitem obter provas, incluindo testes de controle que visam obter uma razoável segurança que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao cumprimento pelos funcionários da entidade e os procedimentos substantivos que visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade para fundamentar os resultados de modo a fornecer base sólida para conclusões e recomendações.

Portanto, a finalidade da auditoria interna para Oliveira, Gomes e Porto (2012) é desenvolver um plano que auxilie a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia de gerenciamento com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma entidade. É uma ferramenta que auxilia a

administração da empresa a desenvolver adequadamente suas atribuições, desenvolvendo análises, recomendações e comentários objetivos, assegurando que os controles internos e rotinas de trabalho estejam sendo executados, sendo uma atividade independente e objetiva de garantia e consultoria, dentro da entidade, que adiciona valor e melhora os processos de gerenciamento de risco, controle e governança.

De acordo com Souza (2007), a organização deve ter uma política interna, dar amplo, geral e irrestrito acesso ao profissional a todos os departamentos, setores, seções, pessoas e funções. O profissional deve realizar o trabalho em períodos regulares de tempo, reportar as pessoas indicadas na política interna da empresa, sugerir recomendações para as devidas ações corretivas e sanar de forma eficiente as imperfeições apontadas auxiliando na tomada de decisão, no efetivo controle organizacional e na verificação de fraudes e incorreções. O mesmo autor explica que o auditor interno tem autonomia, pois é um empregado da empresa, com menor grau de independência, que executa auditoria contábil e operacional e seu grau de independência financeira está vinculada à organização e subordinada apenas à alta administração, de preferência à diretoria ou ao conselho de administração.

4.3 Auditoria Interna *versus* Controle Interno

Após as considerações apresentadas sobre o Controle Interno e a Auditoria nas organizações, apresenta-se neste tópico, o necessário paralelo entre estes dois importantes instrumentos de gestão na contemporaneidade, quer seja na esfera pública ou privada.

Para Almeida (2009, p.50), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Nessa perspectiva destaca-se que as normas de Auditoria no tocante ao trabalho de campo estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada afim de determinar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria. Um controle interno bem desenvolvido deve conter:

a) **Controles Contábeis:** Compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis.

b) **Controles Administrativos:** Compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito, à eficiência operacional e à adesão e à política traçada pela administração. (GOMES, 2014).

Vale destacar que o sistema de controle interno funciona como se fosse um “filtro” para deter erros e/ou irregularidades. A qualidade do sistema de controle interno é que vai determinar o volume de teste que o auditor vai aplicar. Quanto mais forte for o sistema de controle interno menor o volume de testes. Quanto mais fraco for o sistema de controle interno maior o volume de testes. (LIMA *et al*, 2012).

Portanto, os responsáveis pelo bom funcionamento dos controles internos são todos os colaboradores e a alta administração. Ao auditor interno cabe a função de avaliar se o sistema de controle interno está funcionando como o planejado e, caso contrário, de propor o estabelecimento do mesmo (se ele não existir) ou melhorar sua qualidade caso exista. Logo, todos os colaboradores da empresa precisam ter o conhecimento dos conceitos e objetivos de controle interno propostos pela empresa, adequando suas atividades em conformidade com estes (ATTIE, 2011).

4.4 Discussão da Entrevista

Para averiguar sobre a prática da Auditoria e do Controle Interno nas organizações na contemporaneidade, foi realizada uma entrevista com um diretor de uma empresa instalada no município de João Monlevade/MG, a qual se encontra anexada ao final deste estudo.

Sobre a empresa em referência, a CONTEPE foi fundada em 1986 com a finalidade de oferecer ao mercado opções em Serviços de Engenharia de Manutenção e Montagem Industrial. Desde então, busca parcerias com grupos empresariais, adotando respeito ético, normas de segurança e responsabilidade social com sustentabilidade empresarial, assegurando aos clientes trabalhos de qualidade e eficácia. A empresa possui aproximadamente hoje 15 funcionários diretos

A CONTEPE como uma empresa sempre preocupada com a responsabilidade social e com as variáveis de mercado procurou sempre se adequar a realidade do seu negócio, para tanto no ano de 2002 iniciou o processo de certificação na ISO 9001 e foi certificada em 2003. Já no ano de 2005, a empresa iniciou o processo de implantação de seu Sistema de Gestão Integrada, sendo as normas de Referência ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 e com brilhantismo foi certificada no ano de 2007. Esta conquista reflete as boas práticas de governança corporativa, o desempenho financeiro, a transparência, a qualidade nos serviços prestados e a responsabilidade socioambiental de uma empresa.

Assim, a CONTEPE tem como missão oferecer aos nossos clientes soluções de engenharia especializada em manutenção e montagem industrial, com qualidade assegurada, custos compatíveis, pontualidade na execução, buscando conciliar a execução das atividades com a segurança pessoal e preservação do meio ambiente.

A entrevista foi respondida pelo diretor, o qual inicialmente, reconheceu a importância das auditorias internas nas empresas, demonstrando ter conhecimento e formação relacionada à área da gestão.

Esta colocação nos remete a refletir sobre a não aplicabilidade do processo de auditorias nas pequenas e médias empresas, apesar de seus diretores terem conhecimento de seu objetivo e benefícios. Nesse quesito, Almeida (2009) faz referência à importância da realização da auditoria interna nas empresas, pois estas são capazes de determinar com exatidão se as normas e o sistema de controle interno nos quais foram implantados, estão sendo cumpridos de forma a satisfazer os anseios dos gestores, para que estes estabeleçam o sucesso destes ou tomem a decisão de modificá-los, adaptando-os de forma a executarem o propósito pelos quais foram criados.

Frisa-se ainda que a avaliação da organização nos seus diversos setores possui o intuito também de detectar falhas e irregularidades, nas quais o auditor deverá sugerir meios de correção para estas. Minimizando assim, problemas futuros.

Quando questionado sobre o acesso irrestrito do auditor interno a todos os documentos e informações da empresa, o entrevistado, respondeu negativamente. Segundo Attiê (2011), o exame da auditoria engloba a verificação documental, os livros e registros com características controladas. As demonstrações financeiras precisam ser preparadas com clareza, mostrando a real situação da empresa, em termos dos direitos, obrigações e resultados das operações realizadas, incluindo os

critérios e procedimentos contábeis adotados em sua elaboração e segundo os princípios de contabilidade de forma a proporcionar a interpretação uniforme e de fácil compreensão para os administradores.

Indagado sobre a existência de sistema de controle interno na empresa, o entrevistado afirmou que reconhece que devido a inexistência de um setor específico para este fim, a gestão tem sido dificultada e muita coisa acabando por não se ter o devido controle.

Nessa perspectiva vale enfatizar que segundo Lima *et al* (2012), toda organização, independente de seu porte ou segmento de mercado, deve ter como principal ferramenta de gestão de seus negócios, um sistema de controles internos, que auxiliarão seus gestores na tomada de decisões, com uma visão sempre voltada para a sua sustentabilidade e continuidade.

Assim, a utilização do controle interno nas pequenas e médias empresas vem a possibilitar que estas cheguem a um maior desenvolvimento, tendo estas uma nova realidade, a difícil missão de permanecerem ativas no mercado, que a cada dia torna-se mais competitivo. (SEBRAE, 2003).

Portanto, as vantagens alcançadas com um controle interno eficiente e eficaz são ainda maiores para a organização, pois podem trazer auxílio a uma empresa para se lançar em novos mercados, de forma mais competitiva, pois ao obter um controle melhor de seus negócios, esta poderá fornecer um serviço de melhor qualidade a seus clientes. (OLIVEIRA; GOMES e PORTO, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vive um momento de revigoração de conceitos e ideias, tanto quanto de reposicionamento econômico global rumo ao grau de investimento. A existência de empresas saudáveis e competitivas, inseridas no novo contexto global, é condição *sine qua non* para ascensão aos novos patamares vindouros e tão almejados. Para tal, os ambientes devem favorecer a geração e o crescimento de empresas competitivas e fortes, pautadas na inovação inerente à sociedade do conhecimento.

Assim, no cenário atual a auditoria já não é mais vista apenas como uma obrigatoriedade ou custo, mais sim como ferramenta de orientação aos administradores para a tomada de decisões, tendo função assessorial.

Nessa perspectiva, a Auditoria Interna auxilia as organizações públicas e privada a alcançar seus objetivos por meio de procedimentos, para medir e melhorar a eficácia dos processos de gestão. Também visa reduzir a probabilidade de erros e fraudes.

Pela discussão teórica apresentada ficou evidente que a atividade de auditoria requer conhecimentos específicos voltados às técnicas, aos procedimentos de auditoria e à metodologia de trabalho para aplicação de testes amostrais e discernimento quantitativo e qualitativo que comprovem julgamento do trabalho realizado. Portanto, nas organizações tem demandado pessoal qualificado para lidar com a essa nova realidade do mundo globalizado. Há uma série de métodos e procedimentos diários que necessitam serem aplicados para a eficácia do processo de gestão moderna, a exemplo do controle interno, atendendo principalmente aos preceitos da legalidade e da transparência no ato da Auditoria Interna.

No que consiste à atividade prática de entrevista, infere apontar que embora os gestores das pequenas e médias empresas reconheçam a importância da auditoria interna, o sistema de controle interno destas ainda é incipiente para uma efetiva auditoria, refletindo em resultados que não tem sido satisfatórios para a contemporaneidade e o crescente mercado competitivo.

INTERNAL AUDIT: an instrument for success management in public and private organizations.

ABSTRACT

This work had the purpose to treat the importance of audits in organizations in contemporary and globalized world. In this sense and considering that Internal Audit is essential to achieve business success by detecting and preventing potential failures; He sought to emphasize the importance of internal audit as a way to generate improvements in internal controls of public and private organizations. It is known that this practice provides its managers, effective subsidies for consistent decision-making. And, it has to highlight the importance of internal control in this panorama of modern management. Therefore, the methodology used in the survey consisted of a theoretical framework in order to ascertain the important discussions involving the theme "auditing". It is expected to deepen knowledge gained in undergraduate degree in Accounting, provide a compelling discussion to experts in the field and provide material for future sources of research.

Keywords: Organization. Internal audit. Internal control. Decision-making.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 09-10.

ATTIE, William. **Auditoria - Conceito e Aplicações**. 3 ed. São Paulo:Atlas, 1998.

BARROS *et al*, Israel de Oliveira. **A Auditoria Interna como Órgão de Controle Interno Municipal**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado/RS. Ago. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55529808/Auditoria-Municipal>> Acesso em: 08 ago. 2012.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Lei Complementar n.º 101**. A Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília/Diário Oficial da União, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI-02 - Da auditoria interna**. 2003.

32 par. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986> Acesso em: 05 Nov. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas**. 2ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

GOMES, Emília. **A importância do controle no planejamento da auditoria interna**. Revisores e Auditores. Mar. 2014. Disponível em:

<<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/64/Auditoria.pdf>> Acesso em: 08 Nov. 2015.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Tricotomia contábil & sociedades empresárias**. 2. ed. 1º reimpr. Curitiba: Juruá, 2009. p. 57-60.

LIMA, Hyder Marcelo Araújo *et al*. **Controle Interno como Ferramenta Essencial Contra Erros e Fraudes Dentro das Organizações**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012. Disponível em:

<<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/64/Auditoria.pdf>> Acesso em: 09 Nov. 2015.

MARION, José Carlos (Org). **Normas e práticas contábeis: Uma Introdução.** São Paulo: Atlas, 2012. p. 2-3.

OLIVEIRA, Jorge Augusto Ribeiro de. **Curso prático auditoria administrativa.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p.10-15.

OLIVEIRA, Denise Silva; GOMES, Gilson Freire da Fontoura; PORTO, Livia Carolina de Medeiros. **A importância da Auditoria Interna no processo de gestão das organizações em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo.** Revista de Ciências Gerenciais. V.1, N. 1, São Paulo: Anhanguera Educacional S.A, 2012. Disponível em:
<http://www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/biblioteca/arquivos_monografias/arquivo.2013-04-17.2206323865>. Acesso em: 05 nov. 2015.

PASSOS, Carlos Artur Krüger. **Novos Modelos de Gestão e as Informações.** Albagli, Sarita, Lastres, Helena M.M.(org). In: Informação e Globalização na Era do Conhecimento. 1.ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria das demonstrações contábeis: Normas e Procedimentos.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 01-02, p-08, p-12.

PRADO, Deildes de Oliveira. **Manual de normas de auditoria.** 1998. 48 p. Disponível em:
<http://www.saude.sp.gov.br/resources/gestor/aceso_rapido/auditoria/manual_normas_auditoria.pdf> Acesso em: 07 Nov. 2015.

SÁ, Antonio Lopes de. **Curso de auditoria.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTI, Paulo Adolpho. **Introdução à auditoria.** S. Paulo: Atlas, 1988.

SEBRAE – **Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.** 2003-2005. Disponível em:
<www.biblioteca.sebrae.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SOUZA, Sérgio dos Santos. **Auditoria Interna do setor público.** Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em:
<https://wiki.ifsc.edu.br/mediawiki/images/d/d9/SERGIO_DOS_SANTOS.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2015.

ANEXO

Questões norteadoras da Entrevista

DADOS DA EMPRESA E ENTREVISTADO

- 1 - EMPRESA:** CONTEPE
- 2- LOCALIDADE:** JOAO MONLEVADE
- 3 -PESSOA AUDITADA:** LINDOMAR COTTA IZAIAS
- 4 -FUNÇÃO:** DIRETOR

BENEFICIOS E IMPORTANCIA DA AUDITORIA INTERNA

1. PRINCIPAIS BENEFICIOS QUE CONSIDERA SOBRE A AUDITORIA INTERNA?

R. Minimizar ocorrência de fraudes dentro da empresa

2.A AUDITORIA INTERNA AUXILIA A EMPRESA NO PROCESSO DE AVALICAO DE RISCOS?

R. Concordo plenamente

3. AS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA ESTAO ALINHADAS AS ESTRATEGIAS DA ORGANIZAÇÃO?

R. SIM.

4. O POSICIONAMENTO DA AUDITORIA INTERNA GARANTE ALCANCE DE OBJETIVOS ?

R. SIM.

5. A AUDITORIA INTERNA POSSUI ACESSO IRRESTRITO A DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES?

R. NÃO, tem que ser feito uma analise muito bem feita, para ter um resultado esperado

6. A EMPRESA POSSUI UM CONTROLE INTERNO EM SEU PROCESSO?

R. Infelizmente não, acho que por isso estamos nesta situação de hoje onde não temos controle de nada